



CAPÍTULO 7

O ESTATUTO E AS REFORMAS

O ESTATUTO



Sendo peça fundamental, quando da organização de uma sociedade, os sócios fundadores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia jamais iriam descuidar-se da elaboração do seu ESTATUTO, que foi definitivamente aprovado na Assembleia do dia 15 de julho de 1894.

Constituída Comissão composta dos confrades Braz Hermenegildo do Amaral, Eduardo Ferreira de Cerqueira, Manoel Adalberto de Oliveira Guimarães, Augusto A. Guimarães, além do Presidente Tranquilino Torres, o ESTATUTO foi rapidamente elaborado, inclusive porque o presidente já houvera o esboçado, para julgamento dos seus pares.

A íntegra do ESTATUTO de fundação da Casa da Bahia encontra-se publicada na Revista n.º. 1, páginas 37 a 58, com 81 artigos, tendo vigência até o dia 13 de junho de 1914, data em que foi aprovada sua primeira reforma.

PRIMEIRA REFORMA

A primeira reforma foi publicada no n.º40 da Revista do Instituto. O seu texto estava composto de 101 artigos, sendo que nas “Disposições Transitórias” acrescentaram-se mais três artigos.

Na sessão de 13 de julho de 1913, o primeiro secretário, Dr. Bernardino de Souza propôs a revisão de alguns pontos do Estatuto.

Aceita a proposta nomeou-se uma comissão de seis sócios, ficando composta dos seguintes confrades:

Dr. Antônio Carneiro da Rocha,
Dr. Theodoro Fernandes Sampaio,
Dr. Torquato Bahia,
Dr. Oscar Freire,
Dr. Ubaldino Gonzaga e
Dr. Bernardino José de Souza.

O Estatuto reformado foi enviado à Secretaria em novembro de 1913. Submetido à discussão em Assembleia Geral, foi finalmente aprovado em sessão de 31 de maio de 1914. Em sessão de 13 de junho do citado ano foi aprovada a redação final dessa reforma, que entrou logo em vigor, consoante as deliberações da mesma Assembleia.

Pesquisando a documentação do Instituto, constatamos que, em sessão de 28 de dezembro de 1924, sob a presidência do Dr. Theodoro Sampaio, o sócio Antônio Vianna falou da necessidade de nova reforma do Estatuto, a qual já havia sido aprovada em Assembleia anterior, informando o Sr. Presidente que a comissão estava preparando o projeto para ser submetido à apreciação da Assembleia colegiada, dizendo mais que ia dirigir-se à mesma Assembleia, para que não demorasse na execução do seu trabalho.

Acontece que a projetada reforma não foi realizada, uma vez que não encontramos qualquer indício de sua elaboração e aprovação até 1950.

A Comissão de “Revista e Estatuto” estava composta dos seguintes membros:

Dr. Armando de Campos Pereira,
Dr. ACCÁCIO de Campos França e
Dr. Carlos Chiacchio.

SEGUNDA REFORMA

Em Assembleia Geral realizada a 12 de outubro de 1950, o Estatuto sofreu nova reforma. Estava composta de 72 artigos, encontrando-se publicada na Revista n.º 76, páginas: 156 a 170.

A Comissão de reforma estava composta dos seguintes membros:

Dr. Barros Porto,
Prof. José Calasans Brandão da Silva e
Mons. Manoel de Aquino Barbosa.

O Estatuto com a nova redação foi registrado no Cartório do 1.º Ofício de “Registro de Títulos e Documentos” e do “Registro Civil das Pessoas Jurídicas” em 13 de janeiro de 1951, cujo documento foi assinado pelo Bel. José Macedo de Aguiar, oficial dos citados registros.

TERCEIRA REFORMA

A terceira reforma era composta de 71 artigos, tendo sido aprovada na Assembleia Geral de 22 de novembro de 1955. Publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 10 de dezembro do referido ano, e registrada no “1.º Ofício de Registro Especial de Títulos e Documentos” e no “Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca da Capital do Estado da Bahia”, em 6 de outubro de 1956, foi assinada pelo Bel. José Macedo de Aguiar, titular dos citados Cartórios.

A Comissão encarregada para a elaboração da reforma estava assim composta:

Dr. Álvaro da Franca Rocha,
Dr. Otávio Fontes Faria e
Dr. Alfredo Campos França .

QUARTA REFORMA

A Quarta reforma do Estatuto é composta de 69 artigos. Foi aprovada em Assembleia Geral de 15 de dezembro de 1997 tendo sido registrada no “Cartório do 1.º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas”, em 27 de maio de 1998.

A Comissão encarregada da reforma estava assim composta:

Dr. Afonso Maciel Netto (Presidente),

Dr. Luiz Fischer (Relator),

Dr. João Carlos Tourinho Dantas,

Dr. Alfredo Eurico Rodrigues Matta e

Prof. Wilson Thomé Sardinha Martins.

QUINTA REFORMA

Por proposta do Dr. Jorge Calmon, devidamente aprovada pela Diretoria, com o principal objetivo de adequação à Lei Federal, n.º 9.790, de 23 de março de 1999, o Estatuto foi reformado parcialmente, passando a ter 72 artigos, em lugar dos 69 existentes anteriormente. A proposta de reforma foi apresentada na Assembleia Geral Extraordinária, convocada para esse fim, realizada no dia 14 de dezembro de 1999. Foi lida, discutida e aprovada por unanimidade.

Essa última reforma foi coordenada pelo Prof. Nilson Joau e Silva, Secretário-Geral do Instituto, em observância à proposta do Dr. Jorge Calmon, devidamente aprovada pela Diretoria.